



GT 51. Historiografia das antropologias: práticas, teorias, métodos, histórias

Coordenador(es):

Peter Schröder (UFPE - Universidade Federal de Pernambuco)

Christiano Key Tambascia (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

A antropologia vem experimentando nas últimas décadas uma renovação do interesse pela sua história. No âmbito dessa retomada, livros, artigos e painéis em congressos vêm discutindo essa disciplina do Renascimento em diante, se confrontando com questões como a formação e instituição da etnografia e da antropologia, as bases filosóficas de suas epistemologias, a constituição de tradições nacionais e genealogias alternativas às narrativas mainstream, bem como com práticas de campo, métodos e teorias, além da relação entre o fazer etnográfico e as relações de poder. Unem-se, à historiografia da antropologia praticada por pensadores bem estabelecidos em universidades, aquelas acerca de profissionais com vínculos institucionais frágeis, intermitentes ou inexistentes, naturalistas, missionários e etnógrafos amadores. Museus e sociedades científicas vêm tendo sua atuação repensadas; além de interpretações e pesquisas bibliográficas, arquivos e memórias são sujeitos a novas análises. O GT busca contribuir para a historiografia das antropologias praticadas no Brasil e em outros contextos nacionais e transnacionais. O painel se situa num campo interdisciplinar, entre história, antropologia e historiografia das ciências, e está aberto a contribuições que enfocam estudos de caso ou das tradições nacionais e transnacionais, estudos biográficos ou arquivísticos, análises de teorias e métodos e ainda reflexões sobre métodos em historiografia das antropologias.

Antropologia em Pernambuco e os estudos das religiões indo-afro-pernambucanas

Autoria: Pedro Henrique de Oliveira Germano de Lima (Colégio Cognition), Roberta Bivar Carneiro Campos

A antropologia em Pernambuco emerge com contornos similares aqueles presentes na Bahia, onde médicos e depois cientistas sociais, incluindo antropólogos, formavam uma santa aliança com as lideranças religiosas do candomblé. Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Edison Carneiro, pioneiros baianos na pesquisa social com as comunidades afro-religiosas, formaram uma espécie de protetorado teórico, constituindo uma relação de simbiose entre o universo religioso dos terreiros e o campo acadêmico da emergente antropologia. Assim como na Bahia, em Pernambuco a antropologia emerge das pesquisas efetuadas em terreiros de candomblé, fomentando uma outra relação de aliança, onde os pesquisadores ? médicos e depois antropólogos ? do antigo Serviço de Higiene Mental, Ulysses Pernambucano, Albino Gonçalves Fernandes, Waldemar Valente e René Ribeiro resguardavam os terreiros das invasões policiais garantido a manutenção do funcionamento religioso, mas também assegurando a manutenção o campo empírico e a garantia de entrada nos terreiros para que fossem efetuadas suas pesquisas. Essa outra relação sugere uma análise sobre o tipo afinidade estabelecida entre os antropólogos e lideranças religiosas afropernambucanas, dessa afinidade, surge um tipo de pesquisa preocupada com problemas empíricos e conceitos analíticos distintos daqueles presentes na tríade baiana. Nossa proposta investe na ideia de que a antropologia pernambucana dedicada aos estudos das comunidades afro-religiosas se constitui numa relação, de modo peculiar e diferente do caso baiano, estabelecendo não uma santa aliança, mas sim como um intercâmbio de ideias científicas e religiosas. Esse intercâmbio de conteúdos acadêmicos e religiosos tem sido pensado criticamente por alguns cognoscentes das ciências sociais brasileiras em diversos momentos de seu desenvolvimento do século XX (Beatriz Dantas, 1988; Stefania Capone, 2004, Roberto Motta 1976 e 1988; Yvonne Maggie, 1977; Ordep Serra, 1995, dentre outros). A proposta de nossa comunicação é perseguir essa relação analisando os momentos de crítica da



relação estabelecida bem como mapeando as formas de novas formas de normatização do campo religioso pelas ideias acadêmicas, lançando uma crítica com base nos estudos já consolidados deste campo. Destacamos as componenciais analíticas de cada exame crítico revisionista e analisamos o modo pelo qual elas foram estruturadas, destacando o caso pernambucano como exemplo paradigmático dessa relação terreiros-antropólogos/antropologia.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: